

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

120 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 25 a 29/04/2022

1. ATIVIDADE DAS COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU	1
AFCO	1
BUDG e CONT	1
ECON	1
EMPL e JURI	1
LIBE	1
Diálogos estruturados	1
2. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA SESSÃO PLENÁRIA	2
3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR O MECANISMO DE SUBSIDIARIEDADE	2
4. ELEIÇÕES NA UE	3
França	3
Eslovénia	4
5. REGULAMENTO REGULAMENTO SERVIÇOS DIGITAIS: CONSELHO E PARLAMENTO EUROPEU CHEGAM A ACORDO	4
6. FRONTEX DEMISSÃO DO DIRETOR	5
7. COMISSÃO EUROPEIA AÇÕES JUDICIAIS ABUSIVAS CONTRA JORNALISTAS E DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS - SLAPP	5
8. COMISSÃO EUROPEIA MIGRAÇÃO LEGAL: ATRAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E TALENTOS	6
9. COMISSÃO EUROPEIA DIGITALIZAÇÃO DOS VISTOS	7
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. ATIVIDADE DAS COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

AFCO

A Comissão dos Assuntos Constitucionais adotou várias propostas relativas à [revisão do processo legislativo da UE](#), nomeadamente no que diz respeito a um direito geral e direto de iniciativa legislativa, referindo que o direito de iniciativa do Parlamento deve ser exclusivo em matérias nas quais esteja em causa a legitimidade democrática e soberania da União Europeia. Apelou ainda a um novo acordo com a Comissão e o Conselho para evitar bloqueios quando o Parlamento utiliza o seu direito de iniciativa em assuntos institucionais, tais como a lei eleitoral europeia. O [relator desta iniciativa foi o Deputado Paulo Rangel \(PPE\)](#).

BUDG e CONT

As Comissões dos Orçamentos e do Controlo Orçamental trocaram impressões com o Comissário Johannes Hahn (Orçamento e Administração) sobre a [implementação do regulamento da condicionalidade e a sua ativação contra a Hungria](#).

ECON

Na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários foi [apresentado esta semana o relatório anual do BCE 2021](#), que abrange as atividades e políticas do BCE no contexto económico e financeiro do ano em causa. O [relatório](#), apresentado pelo Vice-Presidente Luis de Guindos, encontra-se já publicado. A [Comissão aprovou ainda a proposta da Comissão Europeia que transpõe para a legislação o acordo internacional sobre uma taxa mínima global efectiva de 15% de imposto sobre as sociedades](#) (ao qual aludimos nas Sínteses n.º [107](#) e [97](#)).

EMPL e JURI

A Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais e a Comissão dos Assuntos Jurídicos debateram a proteção e possíveis riscos da [adoção ilegal de crianças provenientes da Ucrânia](#), assim como a utilização do Fundo Social Europeu+ e a implementação da Garantia Europeia para a Infância para estas crianças.

LIBE

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos aprovou dois relatórios que visam [prolongar a validade do Certificado Digital COVID \(EUDCC\) por mais 12 meses](#), uma vez que esta terminaria em 30 de junho, assegurando que os cidadãos europeus possam beneficiar do seu direito de livre circulação independentemente da evolução da pandemia COVID-19.

Diálogos estruturados

Em várias Comissões tiveram ainda lugar esta semana diálogos estruturados com os respetivos Comissários:

- [ENVI](#): a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar reuniu com o Vice-Presidente Executivo Frans Timmermans sobre o progresso dos dossiês legislativos e iniciativas ligadas à biodiversidade, Do Prado ao Prato, combate à desflorestação ou Pacote da Economia Circular, assim como as consequências da guerra na Ucrânia na política climática;

- [CULT](#): a Comissão da Cultura e da Educação debateu com a Comissária Mariya Gabriel as medidas urgentes para enfrentar as consequências da guerra na Ucrânia nos domínios da educação, juventude, cultura e desporto;
- [JURI](#): a Comissão dos Assuntos Jurídicos reuniu com os Comissários Margrethe Vestager, Johannes Hahn e Thierry Breton, encontrando-se o vídeo da reunião disponível [aqui](#);
- [DEVE](#): a Comissão do Desenvolvimento reuniu com o Comissário Europeu responsável pela Gestão de Crises, Janez Lenarčič (vídeo da reunião disponível [aqui](#));
- [EMPL](#): a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais debateu com a Comissária Helena Dalli o Programa de Trabalho da Comissão Europeia, a sua implementação no corrente ano e preparação do futuro programa.

2. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | SESSÃO PLENÁRIA¹

Decorreu em Estrasburgo, nos dias 29 e 30 de abril, a última [reunião plenária](#) da Conferência sobre o Futuro da Europa, copresidida por Guy Verhofstadt (Parlamento Europeu), Dubravka Šuica (Comissão Europeia) e Clément Beaune (Conselho). De acordo com a [agenda](#), os presidentes e porta-vozes de cada [grupo de trabalho](#) procederam à apresentação dos termos gerais das [propostas finais](#), da metodologia de trabalho adotada pelos respetivos grupos, tendo destacado, ainda, algumas das conclusões que mereceram maior consenso. Seguiu-se a intervenção dos representantes das componentes da Conferência, nomeadamente o Parlamento Europeu, o Conselho, a Comissão Europeia, os Parlamentos Nacionais e os Cidadãos, para informar a posição adotada pela respetiva componente quanto às propostas finais. Neste contexto, destaca-se a posição apresentada pela componente **Parlamentos Nacionais, manifestando o seu acordo com a apresentação das conclusões finais ao Conselho Executivo, embora não existindo um consenso generalizado quanto ao teor das propostas finais**. Nas diferentes intervenções dos participantes, os oradores aludiram à guerra na Ucrânia e aos seus efeitos, ressaltaram a importância de, finda a Conferência, as instituições europeias darem continuidade às propostas finais, e enalteceram o papel desempenhado pelos membros da Conferência, em particular, os cidadãos. A sessão foi encerrada pelos copresidentes e os vídeos encontram-se disponíveis [aqui](#).

O evento final da Conferência sobre o Futuro da Europa terá lugar no dia 9 de maio, em Estrasburgo. O [evento nacional de encerramento desta Conferência decorrerá no dia 7 de maio na Fundação Serralves, no Porto](#).

No último dia da sessão plenária, o [grupo ECR do Parlamento Europeu \(Conservadores e Reformistas Europeus\)](#) [anunciou a sua retirada da Conferência](#), num ato de protesto relativamente à organização do evento e metodologia adotada, nomeadamente em termos de oportunidades de participação, legitimidade e transparência, distorção das recomendações dos cidadãos, falta de tempo e de visibilidade. O ECR dará, na quarta-feira (dia 4/05), uma conferência de imprensa em Estrasburgo na qual mostrará a sua visão sobre esta Conferência.

3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | O MECANISMO DE SUBSIDIARIEDADE²

Teve lugar, no dia 25 de abril, a **reunião interparlamentar subordinada ao tema «O mecanismo de subsidiariedade da UE»**, organizada pela Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) do Parlamento Europeu. A Assembleia da República participou nesta reunião com uma delegação

¹ Ponto elaborado por Liliane Sanches Silva, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus

² Ponto elaborado por Gonçalo Sousa Pereira, Assessor da Comissão de Assuntos Europeus

composta pelos Deputados da Comissão de Assuntos Europeus Cristina Mendes da Silva (PS), Romualda Fernandes (PS), Miguel Iglésias (PS) e Sérgio Marques (PSD).

A reunião foi presidida por Adrián Vázquez Lázara, Presidente da Comissão JURI, contando com a participação do deputado do PE Nacho Sánchez Amor, relator permanente sobre subsidiariedade, que destacou a importância do respeito pelo mecanismo de subsidiariedade e o **aumento do envolvimento dos Parlamentos nacionais através do diálogo político**, ao invés da apresentação de pareceres fundamentados sobre a violação do princípio da subsidiariedade.

Na primeira sessão foram debatidas formas de tornar os **pareceres fundamentados mais eficientes e melhorar o diálogo político, bem como o papel do Comité das Regiões no controlo da subsidiariedade**, contando com a participação de diversos oradores, destacando-se Cristina Ares Castro-Conde, docente no Departamento de Ciência Política e Sociologia da Universidade de Santiago de Compostela, e Diane Fromage, Professora de Direito Europeu na Universidade de Salzburgo (cujos estudos elaborados sobre o tema se encontram disponíveis [aqui](#)), bem como Karl-Heinz Lambertz, Presidente do grupo de coordenação da subsidiariedade do Comité das Regiões. Na troca de pontos de vista, os Deputados focaram as melhorias necessárias a implementar no mecanismo de alerta precoce, no reforço do papel do Comité das Regiões no sistema da subsidiariedade e no maior envolvimento dos Parlamentos regionais no controlo deste princípio.

A segunda sessão do dia foi dedicada à avaliação da **proporcionalidade da legislação da UE e às boas práticas para evitar o gold plating na implementação da legislação da UE**, e o debate centrou-se, principalmente, na importância da regulamentação e na necessidade de avaliação e transposição para o ordenamento jurídico nacional sem desvirtuar as normas da legislação europeia.

4. ELEIÇÕES NA UE

França

Teve lugar, conforme referido na síntese anterior, no dia 24 de abril, a segunda volta das eleições presidenciais em França, tendo Emmanuel Macron sido reeleito com 58,5% dos votos.



Nos próximos dias, será nomeado um novo governo em França (previsivelmente com um novo Primeiro-Ministro), que fará a gestão corrente até à realização das [eleições legislativas para a Assembleia nacional](#), a 12 e 19 de junho.

Eslovénia

Também no dia 24 de abril tiveram lugar as eleições gerais parlamentares na Eslovénia. Os resultados preliminares indicam que o partido mais votado foi o *Freedom Movement (Gibanje Svoboda)* com 34,5% dos votos (41 mandatos, o número mais alto da história parlamentar do país). Apenas cinco partidos estarão representados no Parlamento (eram 9 desde 2018) e a adesão ao voto foi a mais alta desde o ano 2000 - 70%.

Refira-se que os 90 membros da Assembleia Nacional são eleitos por dois métodos: 88 são eleitos por lista aberta de representação proporcional em oito círculos eleitorais de 11 lugares e dois deputados são eleitos pelas comunidades italiana e húngara. O limite eleitoral mínimo para entrar no parlamento é de 4 %.

Party	Percentage	Number of mandates
GIBANJE SVOBODA* <i>Freedom Movement</i>	34,57 %	41
SLOVENSKA DEMOKRATSKA STRANKA (SDS) <i>Slovenian Democratic Party</i>	23,52 %	27
NOVA SLOVENIJA (NSI) <i>New Slovenia</i>	6,85 %	8
SOCIALNI DEMOKRATI (SD) <i>Social Democrats</i>	6,65 %	7
LEVICA <i>The Left</i>	4,39 %	5
NARODNI SKUPNOSTI <i>National Communities</i>	/	2

5. REGULAMENTO REGULAMENTO SERVIÇOS DIGITAIS: CONSELHO E PARLAMENTO EUROPEU CHEGAM A ACORDO

Temos dado nota, em Sínteses anteriores, das negociações sobre o chamado Pacote sobre os Serviços Digitais, apresentado em dezembro de 2020 pela Comissão Europeia: trata-se de [duas propostas legislativas](#) para regulamentar o digital - o Regulamento Serviços Digitais e o Regulamento Mercados Digitais. Na passada semana, o Conselho e o Parlamento alcançaram um [acordo político provisório](#) sobre o [Regulamento Serviços Digitais](#).

Este acordo incide também sobre o prazo de entrada em vigor do Regulamento Serviços Digitais, visto que as disposições relativas às plataformas de muito grande dimensão e aos motores de pesquisa de muito grande dimensão, que têm maior impacto na proteção dos utilizadores, aplicar-se-ão no prazo de 20 meses, ao passo que as restantes disposições serão aplicáveis no prazo de 12/18 meses após a entrada em vigor do Regulamento Serviços Digitais.

As principais linhas deste acordo são:

- Consagração do princípio de que o que é ilegal fora de linha deve também ser ilegal em linha: proteger o espaço digital contra a divulgação de bens, conteúdos e serviços ilegais e garantir a proteção dos direitos fundamentais dos utilizadores;
- O regulamento aplica-se a todos os prestadores de serviços intermediários em linha na União: as obrigações impostas são proporcionais à natureza e ao alcance do impacto do serviço intermediário em causa, em função, nomeadamente, do número de utilizadores desse serviço. Por conseguinte, às plataformas de muito grande dimensão ou aos motores de pesquisa de muito grande dimensão serão impostas obrigações mais exigentes, tendo em conta o número de utilizadores dos seus serviços;
- O regulamento estabelece um quadro jurídico horizontal e visa os serviços intermediários, como os prestadores de serviços de alojamento virtual, os motores de pesquisa, as plataformas e os mercados em linha. No âmbito desses serviços intermediários, as plataformas em linha de muito grande dimensão (VLOP) e os motores de pesquisa em linha de muito grande dimensão (VLOSE) distinguem-se pelo facto de esses serviços serem utilizados por mais de 45 milhões de utilizadores ativos por mês na UE;

- **Governança:** são conferidos à **Comissão** poderes exclusivos para supervisionar e fazer cumprir as obrigações aplicáveis às plataformas de muito grande dimensão e aos motores de pesquisa de muito grande dimensão;
- Para financiar as atividades de supervisão dos intervenientes de grande dimensão por parte da Comissão Europeia, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório no sentido de criar um mecanismo de imposição de taxas anuais a esses intervenientes, diretamente ligado às missões da Comissão;
- O regulamento impõe aos mercados em linha obrigações de devida diligência em relação aos comerciantes que estejam autorizados a vender produtos ou serviços na sua plataforma em linha;
- **Sistemas de recomendação:** o PE e o Conselho acordaram em estabelecer obrigações de transparência dos parâmetros dos sistemas de recomendação, a fim de melhorar a informação fornecida aos utilizadores e as suas escolhas eventuais. No âmbito do regulamento, as plataformas de muito grande dimensão e os motores de pesquisa de muito grande dimensão terão de oferecer aos utilizadores um sistema de recomendação de conteúdos que não se baseie na definição do seu perfil;
- No contexto da agressão russa na Ucrânia e das consequências específicas na manipulação da informação em linha, os legisladores acordaram em incluir um novo artigo que introduz um mecanismo de resposta a situações de crise, acionado por meio de uma decisão da Comissão, após recomendação do comité dos coordenadores nacionais dos serviços digitais. Permitirá analisar o impacto da atividade das plataformas de muito grande dimensão e dos motores de pesquisa de muito grande dimensão na crise em causa e as medidas proporcionadas e eficazes a adotar no respeito dos direitos fundamentais.

6. FRONTEX | DEMISSÃO DO DIRETOR

No final da semana, o Diretor da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira ([Frontex](#)), Fabrice Leggeri, demitiu-se na sequência da divulgação das primeiras conclusões de uma investigação sobre a má conduta na agência. Fabrice Leggeri era Diretor da Frontex desde 2015.

A Frontex tem estado sob escrutínio significativo pelo seu alegado papel no afastamento ilegal de migrantes nas fronteiras da UE (conforme demos nota em [sínteses anteriores](#)³), tendo o OLAF (Organismo Europeu de Luta Antifraude) vindo a investigar várias acusações em relação à agência há mais de um ano, encontrando-se agora a preparar as suas conclusões finais.

A demissão ocorreu após a reunião do Conselho de Administração da Frontex e após a divulgação de uma investigação conjunta dos meios de comunicação social que revelou mais pormenores sobre o envolvimento da Frontex na expulsão dos migrantes.

A Comissão Europeia emitiu um comunicado no qual refere que irá proceder rapidamente ao recrutamento e nomeação de um novo diretor executivo. A Presidente do Grupo de Escrutínio da Frontex do PE, Lena Düpont (PPE), emitiu também uma declaração a este respeito.

7. COMISSÃO EUROPEIA | AÇÕES JUDICIAIS ABUSIVAS CONTRA JORNALISTAS E DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS - SLAPP

A Comissão Europeia tomou esta semana medidas para melhorar a proteção dos jornalistas e dos defensores dos direitos humanos contra os processos judiciais abusivos. As ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPP) são uma forma específica de assédio utilizada contra jornalistas

³ Nomeadamente nas Sínteses n.º 90, 62, 59, 58

e defensores de direitos humanos com o intuito de impedir ou penalizar a sua intervenção em questões de interesse público.

A [diretiva proposta](#) faculta aos tribunais e pessoas visadas por SLAPP os **instrumentos para combater processos judiciais manifestamente infundados ou abusivos, sendo as salvaguardas aplicáveis em matérias civis com incidência transfronteiras**. Estas são orientadas para assegurar o equilíbrio entre o acesso à justiça e o direito à vida privada e proteção da liberdade de expressão e de informação. Os principais elementos da proposta são:

- **indeferimento antecipado de processos judiciais manifestamente infundados:** os tribunais poderão tomar uma decisão antecipada de indeferimento do processo se este for manifestamente infundado;
- **custas processuais:** caberá ao demandante suportar todas as despesas, incluindo os honorários do advogado do demandado, se um processo for indeferido por ser considerado abusivo;
- **indenização por danos:** a pessoa visada por uma SLAPP terá o direito de pedir e obter a reparação integral pelos danos materiais e imateriais;
- **sanções dissuasivas,** para evitar que os demandantes instaurem processos judiciais abusivos;
- **proteção contra decisões judiciais e países terceiros:** os Estados-Membros devem recusar o reconhecimento de uma decisão proferida por um país terceiro contra uma pessoa domiciliada num Estado-Membro, se o processo for considerado manifestamente infundado ou abusivo nos termos do direito do Estado-Membro.

A Comissão adotou ainda uma [recomendação](#) que complementa a diretiva e procurar assegurar:

- que os quadros jurídicos nacionais preveem as **garantias necessárias**;
- que está disponível **formação** para os profissionais da justiça e pessoas visadas por SLAPP, para melhorar os seus conhecimentos para lidar com estes processos;
- que são organizadas **campanhas de sensibilização** e informação;
- que os visados SLAPP têm acesso a **apoio individual e independente**;
- que os **dados** agregados recolhidos a nível nacional neste processos são comunicados à Comissão a partir de 2023.

O discurso da Vice-Presidente da Comissão Europeia, Věra Jourová, sobre o tema encontra-se disponível [aqui](#).

8. COMISSÃO EUROPEIA | MIGRAÇÃO LEGAL: ATRAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E TALENTOS

A Comissão apresentou também uma [política de migração legal ambiciosa e sustentável](#), propondo iniciativas jurídicas, operacionais e políticas para beneficiar a economia da UE, reforçar a cooperação com países terceiros e melhorar a gestão global da migração a longo prazo.

Assim, a Comissão propôs a revisão da [Diretiva Autorização Única](#) e [Diretiva relativa aos residentes de longa duração](#), prevendo:

- um **procedimento simplificado** para a autorização única de trabalho e residência, que tornará o processo mais rápido para requerentes e empregadores;
- **facilidade na aquisição do estatuto de residente de longa duração** na UE, simplificando as condições de admissão e permitindo a cumulação de períodos de residência em diferentes Estados-Membros.

O reforço da cooperação operacional proposto visa [adequar as competências às necessidades do mercado de trabalho dos Estados-Membros e dos países terceiros](#), tendo sido [lançadas parcerias para atração de talentos](#), propondo a Comissão agora várias etapas para as pôr em prática, procurando chegar a um acordo sobre as primeiras parcerias com Marrocos, Tunísia e Egito até ao final de 2022. Propõe assim a criação da primeira plataforma e ferramenta de correspondência a nível da UE, uma **reserva de talentos da UE**, tornando-a mais atrativa para os nacionais de países terceiros que procuram oportunidades de emprego, ajudando os empregadores a encontrar os talentos que necessitam, assim como uma iniciativa-piloto neste âmbito dedicada aos recém-chegados da Ucrânia.

Ainda neste sentido, a Comissão procura outras vias para a migração legal, com objetivos centrados na atração de competências e talentos em setores com carências e necessidade de mão de obra, criação de oportunidades para os jovens beneficiarem de experiências de viagem e trabalho e promoção do empreendedorismo inovador na UE e investir na soberania tecnológica europeia.

Sobre este tema, a Comissão elaborou uma seção de [perguntas e respostas](#).

9. COMISSÃO EUROPEIA | DIGITALIZAÇÃO DOS VISTOS

A Comissão Europeia apresentou ainda uma proposta para a [digitalização do processo de emissão de vistos Schengen](#), substituindo a vinhetagem de visto e introduzindo a possibilidade de apresentar pedidos de visto em linha, através da plataforma europeia de pedidos de visto em linha.

A digitalização integral dos procedimentos em matéria de vistos até 2025 é um dos objetivos estabelecidos pelo [Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo](#) e evita o recurso à estratégia de busca do visto mais fácil (*visa shopping*) por parte dos requerentes, assim como reduz os riscos de segurança colocados pelas vinhetas de visto físicas, que ainda podem ser alvo de falsificações, fraudes e furtos.

A [digitalização deste procedimento](#) permitirá assim: pedir um visto em linha e pagar os respetivos emolumentos, independentemente do país do espaço Schengen a visitar; a plataforma determina automaticamente qual o país do espaço Schengen responsável pela análise do pedido e fornece aos requerentes informações atualizadas sobre os vistos Schengen de curta duração; o visto inclui funcionalidade de segurança de ponta e garante a proteção dos direitos fundamentais; a comparência pessoal no consulado só será obrigatória para os requerentes que apresentam um pedido pela primeira vez para fins de recolha de identificadores biométricos.

A Comissão preparou uma seção de perguntas e respostas sobre o tema, disponível [aqui](#).

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, destacando-se os seguintes [debates](#):

- *Ucrânia: enfrentar as consequências económicas e sociais da guerra para a UE*
- *“This is Europe”: Primeiro-Ministro italiano Mario Draghi dirige-se ao Plenário*
- *Conferência sobre o Futuro da Europa: debate sobre os resultados e possível adoção de uma resolução sobre o seguimento a dar.*
- *Eleições europeias: eurodeputados vão propor círculo eleitoral europeu e votação no Dia da Europa*

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [3 de maio](#), destacando-se a *Parceria Estratégica renovada com as regiões ultraperiféricas* e o *Espaço Europeu de Dados de Saúde*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 02.05: [Conselho extraordinário de Transportes, Telecomunicações e Energia](#)
- 03.05: [Videoconferência do Eurogrupo](#), [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#)

Bruxelas | 2 de maio de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).